

# PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRITORIALIZAÇÃO – UM ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL CHIQUINHO GUIMARÃES

*5-Dinâmica urbana*

CASTRO, Graziella Fernandes de<sup>1(\*)</sup>; THEÓPHILO, Carlos Renato<sup>1</sup>; RODRIGUES, Luciene<sup>1</sup>

*1 - Unimontes | (\*) Brazil*

## Resumo

Este estudo tem como objetivo discutir o processo de transformação do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, situado na zona sul da cidade de Montes Claros, estado de Minas Gerais, em vista do processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), e analisá-lo como um território de exclusão. Objetivamos ainda, discutir todo o processo de T-D-R do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, desde a concepção, a implantação, até os dias atuais; diagnosticar as peculiaridades e os fatores adjacentes que proporcionaram as transformações ocorridas neste território. Partimos do pressuposto de que o Chiquinho Guimarães é um território de exclusão para os “de fora”, e verificamos se também o é para os “de dentro”, os moradores. Para realização do estudo realizamos pesquisa bibliográfica e pesquisa de levantamento, por meio de análise de dados quantitativos e qualitativos. As questões norteadoras do estudo são: como e quando se deu o processo de territorialização da COHAB Chiquinho Guimarães? Como e quando se deram os processos de des-reterritorializações? Quais foram as transformações ocorridas no bairro entre as décadas de 1980 até o ano de 2008? Quais os fatores que proporcionaram estas modificações? Que conseqüências as des-reterritorializações do bairro trouxeram para a população local? É considerado um “território de exclusão” para os seus moradores? Estes se sentem excluídos (social e espacialmente) da sociedade montesclareense? Quais as ações poderiam ser realizadas no bairro pelo governo municipal na concepção dos moradores? Caso a população local se sinta excluída, o que eles poderiam fazer para reverter a situação e permitir se sentirem incluídos num processo de desenvolvimento social? Esperamos com esta pesquisa, colaborar para a compreensão das transformações sócio-espaciais na periferia montesclareense, além de, discutir acerca do processo T-R-D focalizando uma COHAB. Desejamos ainda, chamar a atenção da sociedade em geral e dos órgãos públicos (principalmente, municipal) para a problemática da questão social. Destacamos que esta está relacionada a diversos fatores (políticos, econômicos, sociais, culturais e espaciais). Informamos que focalizamos, principalmente, as questões sociais e espaciais. Milton Santos (2002) afirma que a formação do território é algo externo a ele, sendo este modificado, organizado ou re-organizado na medida em que se perpassam os períodos históricos. Para obtermos nossos objetivos é necessário discutir o termo “território” e seus cognatos, para isto nos reportamos aos autores: Milton Santos, Claude Raffestin, Marcos Saquet, Rogério Haesbaert, Roberto Lobato Corrêa, e outros. Como nos propomos tratar acerca da exclusão e pobreza, embasamos em: Jordil Estivill, Casimiro Balsa, Robert Castel, Amartya Sen, dentre outros. O desenvolvimento não deve ser visto somente como crescimento econômico, mas, devemos relacionar ainda os diversos fatores sociais, como por exemplo: saúde, educação, moradia, saneamento básico, dentre outros, permitindo a todos inclusão social, permitindo ainda o desenvolvimento social. Constatamos que o conjunto passou por quatro processos de T-D-R, compreendidos entre o ano de 1984 a 2008. E como conseqüência de um destes processos (criação de bicos) se tornaram conhecidos na sociedade montesclareense como favela. Ao tratarmos acerca do ‘Território de Exclusão’ percebemos que apesar de os moradores do Conjunto afirmam que sentem certa indiferença em relação ao território em que

vivem não se sentem excluídos. Reconhecem que há diversos problemas sócio-espaciais e econômico no conjunto, porém os identificam relacionando-o sempre a ‘minha rua’ ou ao ‘meu beco’. Os problemas mais citados foram: relacionados a infra-estrutura (precária em algumas localidades na COHAB), violência, tráfico de drogas e a pobreza, esta relacionada à renda. Destacamos que apesar de existir um sentimento de territorialidade, notamos que prevalece a individualidade e não a coletividade nesta comunidade.

## **Introdução**

O interesse deste estudo se volta para a questão sócio-espacial da cidade de Montes Claros. Particularmente, para o fenômeno dos conjuntos habitacionais – COHABs. Com esse propósito, desenvolve um estudo de Estudo de Caso do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, localizado na cidade de Montes Claros, estado de Minas Gerais, implantado com o advento do “Projeto Especial Cidades de Porte Médio”.

De acordo com o Manual de Regularização Fundiária Plena da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (s/d), um conjunto habitacional “é o empreendimento em que o parcelamento do imóvel urbano, com ou sem abertura de ruas, é feito para alienação de unidades habitacionais já edificadas pelo próprio empreendedor” (p. 129). Portanto, o lugar escolhido para realização deste trabalho seria na verdade considerado um loteamento popular e não uma COHAB. Loteamento é a “subdivisão em glebas em lotes destinados à edificação com abertura de novas vias circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação de vias existentes”. (§ 1º, art. 02, Capítulo I, Lei nº 6.766/79). Parcelamento popular destina-se “às classes de menor renda, em imóvel declarado de utilidade pública, com processo de desapropriação judicial em curso e emissão provisória na posse, desde que promovido pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou suas entidades delegadas, autorizadas por lei a implantar projetos de habitação”. (§ 4º, art. 18, Lei nº 9.785/99)

Optamos por empregar os termos “conjunto habitacional” ou “bairro” para nos referirmos ao lugar escolhido para a realização desta pesquisa. Esta escolha se justifica porque a primeira expressão é a maneira conforme o Conjunto Chiquinho Guimarães, antigo Conjunto Rotary, é denominado pela Prefeitura Municipal de Montes Claros. A segunda expressão utilizada pelos seus moradores, isto é: “bairro” Chiquinho Guimarães.

A formação de áreas planejadas/estruturadas, como os conjuntos habitacionais e/ou os loteamentos populares, proporcionam ao território urbanizado a redução de moradias indevidas – que normalmente ocorre por meio de invasões a lotes abandonados – e contribui para que as famílias que residem em áreas irregulares sobrevivendo precariamente, com péssimas condições de vida, possam obter o mínimo necessário para que tenham qualidade de vida e para que possam usufruir os seus direitos civis básicos.

O principal objetivo deste estudo é discutir o processo de transformação do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, situado na zona sul da cidade de Montes Claros, em vista do processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), bem como o analisá-lo como um território de exclusão.

Resumidamente, a tríade T-D-R se refere a territorialização (origem do território), a desterritorialização (as modificações neste território) e a reterritorialização (em concomitância com a D, diz-se que surge/cria outro território a partir da destruição de outrem), ou seja, as modificações territoriais são constantes, elas não cessam.

Tratamos a COHAB Chiquinho Guimarães como um “território de exclusão” em razão de três fatores: primeiro por ser um espaço habitado; segundo, porque é um tipo de

agente social considerado como um “grupo social excluído”; e terceiro porque o bairro apresenta características de pobreza.

A pobreza é aqui entendida não somente relacionada a renda, pois de acordo com o Projeto de Implantação da COHAB as famílias que foram para o Conjunto eram de “mais baixa renda”. Mas pobreza conforme a concepção de Sen (2000) referente a “privações” que os indivíduos têm não lhe sendo permitido obter todas as condições básicas necessárias para sobrevivência, como por exemplo, o pouco acesso a: serviços de saúde, de saneamento básico, de água tratada, coleta de lixo, área de lazer, enfim, aos direitos civis básicos.

A escolha do bairro Chiquinho Guimarães como objeto de estudo se deu da seguinte maneira: primeiramente, partindo dos agentes sociais considerados como “grupos sociais excluídos”, ou seja, os cortiços, os loteamentos populares, as favelas e os conjuntos habitacionais. Optamos por trabalhar com os conjuntos habitacionais, por acreditarmos que ainda é muito escasso o número de pesquisas em relação às COHABs em Cidade Média, em especial, na cidade de Montes Claros/MG.

Posteriormente, investigamos quantos e quais são os conjuntos habitacionais existentes em Montes Claros<sup>1</sup>. Como tínhamos a pretensão de desenvolver um estudo de caso, optamos por selecionar apenas uma COHAB, o que nos permite aprofundar na discussão do processo de T-D-R e “território de exclusão”. A escolha do bairro para estudo se deu após análise de quatro critérios, sendo: primeiro, o bairro deveria estar localizado na periferia urbana da cidade; segundo, deveria apresentar discrepantes alterações em seu território; terceiro, deveria ser um bairro estigmatizado<sup>2</sup> na cidade como um “território de exclusão” e quarto, de ter sido um espaço habitado de maneira indevida anteriormente ao processo de transformação deste em COHAB. Após essas análises chegamos ao Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães.

Surgem diversas inquietações que irão constituir a problemática deste estudo: como e quando se deu o processo de territorialização da COHAB Chiquinho Guimarães? Como e quando se deram os processos de des-reterritorializações? Quais foram as transformações ocorridas no bairro entre as décadas de 1980 até o ano de 2008? Quais os fatores que proporcionaram estas modificações? Que conseqüências as des-reterritorializações do bairro trouxeram para a população local?

Partimos da premissa de que o bairro Chiquinho Guimarães é um “território de exclusão” para “os de fora”. Entretanto, desejamos saber: a COHAB é considerado um “território de exclusão” para os seus moradores? Estes se sentem excluídos (social e espacialmente) da sociedade montesclareense? Quais as ações poderiam ser realizadas no bairro pelo governo municipal, na concepção dos moradores? Caso a população local se sinta excluída, o que se poderia fazer para reverter a situação e permitir se sentirem incluídos num processo de desenvolvimento social?

O recorte temporal delimitado nesta pesquisa compreende o período entre a década de 1980 até o ano de 2008. Pois é a partir de meados de 1980 que é implantado o Conjunto Rotary, atual Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães. A idéia em continuar a pesquisa até o ano de 2008 se prende ao fato de podermos discutir as alterações e as transformações ocorridas neste, fazendo uso de dados atuais obtidos através da pesquisa a campo.

---

<sup>1</sup> Montes Claros apresenta até o ano de 2008 o total de 16 (dezesseis) COHABs, as quais: J.K; Dr. José Carlos Vale de Lima; Joaquim Costa; José Corrêa Machado; Clarisse Athaide; Novo Horizonte; Floresta; Havaí; Olga Benário; Tancredo Neves; Chiquinho Guimarães; Vila Tiradentes; São Judas Tadeu; Vila Telma; Village do Lago II; Bandeirante.

<sup>2</sup> Estigmatizar, de acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss (2007) além de outros conceitos é “fazer julgamento ignominioso é irrevogável sobre; condenar; tachar”.

Para que fosse possível alcançarmos nossos objetivos, fizemos uso de fontes diversas e realizamos avaliação quantitativa e qualitativa dos dados. As técnicas de coleta de dados empregadas foram: a) a observação, realizada em diversas visitas ao bairro no decorrer de 04 (quatro) meses<sup>3</sup>; b) consultas a fotos antigas e atuais; c) leituras cartográficas das representações espaciais do bairro fornecidos pela Prefeitura, pelo Centro de Controle Zoonoses; c) entrevistas com alguns ex-secretários municipais (Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Estratégica – SEPLAN, Secretaria de Políticas Públicas e Sociais) e d) as entrevistas semi-estruturadas realizadas com os moradores.

As entrevistas com os moradores do bairro foram realizadas no período de cinco dias, sendo de 19 a 23 de janeiro de 2009 e se deu da seguinte maneira: 1) elaboramos um Roteiro de Entrevista<sup>4</sup> a ser utilizado como instrumento; 2) optamos por não calcular estatisticamente a quantidade de entrevistas a serem realizadas, porém, entrevistamos até que não mais obtivemos respostas diferenciadas, ou seja, o número de pessoas que colaboraram com a pesquisa está relacionado às respostas dadas; 3) a entrevista foi realizada por 05 (cinco) pessoas que aqui denominaremos de agentes<sup>5</sup>; 4) utilizando o mapa do bairro, fizemos a divisão deste em cinco setores, ficando cada agente responsável por realizar entrevistas em um setor; 5) de forma a resguardar a aleatoriedade da amostra, sorteamos o número 03, dentre 01 e 05, para que fosse iniciado as entrevistas em cada rua, ou seja, as entrevistas seriam realizadas a cada cinco casas, a contar a partir da terceira casa da rua 6) a entrevistada foi direcionada ao morador responsável pelo imóvel ou ao morador mais antigo, caso nenhum dos dois fosse encontrado; 7) o respondente poderia ser outro adulto ou adolescente de no mínimo 16 anos, mas em hipótese alguma deveríamos entrevistar pessoas com idade abaixo desta; 7) encerradas as entrevistas, os dados foram digitalizados no Software *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS o que facilitou sua análise, interpretação e conclusão.

Almejamos com esta pesquisa, trazer colaborações para a compreensão das transformações sócio-espaciais ocorridas nesta área periférica da cidade de Montes Claros, bem como, discutir acerca do processo territorialização-desterritorialização-reterritorialização focalizando um conjunto habitacional periférico. O que nos permitirá conhecer um pouco mais sobre os Conjuntos Habitacionais situados em cidades Médias, como é a cidade de Montes Claros.

Ambicionamos ainda, chamar a atenção da sociedade em geral e dos órgãos públicos (principalmente, municipais) para a problemática da questão social. Problemática esta que envolve diversos fatores, tanto políticos, econômicos, sociais, culturais, quanto espaciais. Porém, destacamos que focalizaremos, principalmente, as questões sociais e espaciais. Desta maneira, ao questionarmos se esta COHAB é um “território de exclusão” para seus moradores, pretendemos chamar a atenção para a importância acerca do ‘desenvolvimento social’ neste conjunto, apontando os problemas do lugar e possíveis soluções propostas pelos próprios residentes.

## **1- Processo T-D-R e Território de Exclusão**

A discussão acerca do Processo T-D-R é iniciada a partir do momento em que os ‘geo’filósofos, Deleuze e Guattari (2007, 2008), discutem, de maneira mais aprofundada, acerca da concepção dos termos desterritorialização e reterritorialização. Estes autores

---

<sup>3</sup> As visitas à COHAB ocorreram no período compreendido entre outubro de 2008 a janeiro de 2009.

<sup>4</sup> As perguntas, neste roteiro, foram direcionadas para colaborar com a identificação dos processos T-D-R ocorridos no bairro, como também, para nos permitir interpretar a visão dos moradores do Conjunto em relação a ‘exclusão’.

<sup>5</sup> Além da pesquisadora Graziella, selecionamos quatro moradoras da COHAB para subsidiar a aplicação das entrevistas.

destacam que tudo que se desterritorializa tende a se reterritorializar. Sendo a primeira a destruição do território enquanto que a segunda se refere ao novo território que surge a partir de sua D. Posteriormente, Raffestin (1986, 1988) denominou a tríade: T-D-R.

Para Saquet (2007, p.111) os processos de T-D-R “são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e período históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-temporal”. As “constantes transformações” pelas quais sofre(m) o(s) território(s) permite-nos observar modificações espaços-temporais, permite-nos observar o(s) processo(s) des-reterritorializante(s) pelo(s) qual(is) passou(passaram) e/ou passa(m) o(s) território(s).

A discussão acerca desta tríade nos permite questionar as múltiplas facetas do território a ser estudado e possibilita-nos perceber o surgimento de áreas como as excluídas e as incluídas, como as periféricas e as centrais distribuídas territorialmente no espaço urbano. Pois a diversidade dinâmica sócio-espacial inerente ao processo de desreterritorialização proporciona constante modificação do território com o passar do tempo.

Essa dinâmica sócio-espacial compõe o espaço urbano cujo arcabouço teórico perpassa as idéias de Corrêa (2000) quando o autor descreve o espaço como sendo “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (p. 08)”. Afirma ainda que, o espaço urbano é um reflexo social (desigual) e mutável (com ritmos e natureza diferenciados) que apresenta como agentes sociais aqueles que fazem e refazem a cidade, considerando agentes sociais os grupos sociais excluídos, juntamente com os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado: “[...] os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade [...], a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela”. (CORRÊA, 2000, p. 30)

A idéia de periferização da população local contida na transcrição acima nos remete a idéia de que periferia está relacionada com exclusão, com segregação residencial<sup>6</sup>. Buscamos em Estivill (2003) a concepção segundo a qual exclusão “está relacionada com a insatisfação, o mal-estar de todo o ser humano quando se encontra em situações nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para sua família” (p. 13). Para Castel (2005) “exclusão” é um termo pejorativo relacionado à periferia da estrutura social, é um termo atual. Segundo este autor, em outros tempos uma pessoa “excluída” seria sinônimo do pejorativo “vagabundo” (antes da Revolução Industrial) ou do pejorativo “miserável” (no século XIX). E que exclusão é, em sua concepção atual, o mesmo que “invalidação social”, ou seja, uma pessoa excluída não tem valor social, será alguém nulo para a sociedade.

Reportamo-nos, novamente, ao ideário de Estivill (2003, 2006), no qual exclusão e pobreza são conceitos concomitantes, sobrepostos e frequentemente complementares, porém, não considera exclusão e pobreza como conceitos equivalentes. Destacamos pobreza aqui segundo a concepção de Amartya Sen (2000) o qual pondera que a pobreza não está relacionada apenas a uma renda inferior, mas também ao que denomina de “privações” das capacidades básicas de um indivíduo, como por exemplo: a fome coletiva, o pouco acesso a serviços de saúde, de saneamento básico, de água tratada, a negação da liberdade política e dos direitos civis básicos.

---

<sup>6</sup> Referimos a ‘segregação residencial’ porque está diretamente relacionada a ‘separação espacial’ das diversas classes sociais no meio urbano. No caso da COHAB Chiquinho Guimarães, destacamos que o Estado é o principal responsável pela segregação existente, por ter escolhido o lugar de implantação e selecionado as famílias que foram ‘contempladas’ com uma casa, um lote ou um embrião. Corrêa (2000, p.64) afirma que podemos falar ainda em “auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas”.

Estivill (2003, p. 20) destaca que “é possível ser pobre e não ser excluído e, o contrário, nem todos os excluídos são pobres”, bem como, também é possível ser pobre e ser excluído. O autor considera que a exclusão pode ser tanto interna (dentro de um grupo) quanto externa (de um grupo sobre o outro) e pode envolver características: econômica, política, cultural, social e espacial. Afirma que a última manifestação de exclusão se dá no território<sup>7</sup>: “embora a mobilidade da humanidade esteja cada vez mais intensa, o território continua a ser o lugar onde se produz e manifesta a exclusão, sendo assim uma das dimensões-chave para tentar conhecer e combater a exclusão” (p. 50).

O Território é também o lugar onde o domina quem tem o poder. Território, neste trabalho é visto como ‘o espaço habitado’ sempre relacionado ao poder, seja este o poder do Estado como, por exemplo, ao escolher a área de implantação de um conjunto habitacional e as famílias que serão beneficiadas; seja este, noutro exemplo, o poder daqueles que comandam o tráfico no lugar.

Balsa (2006) chama a atenção para que, ao analisarmos pobreza e exclusão não deixarmos de observar todo o contexto no qual o território a ser analisado esteja inserido, ou seja, não devemos analisar simplesmente o território local, mas todo o contexto sócio-espacial em que se insere. Ele afirma que:

[...] a compreensão da pobreza e da exclusão não se pode restringir apenas aos espaços delimitados localmente. Se é verdade que pode existir uma expressão local da pobreza e da exclusão, sabemos também que as causas destas situações se encontram quase sempre bem longe dos espaços em que a pobreza se manifesta (p. 31).

Partindo desses aspectos, optamos neste estudo por utilizar o termo “território de exclusão” para nos referirmos a um determinado território, que apresenta como características: que seja um espaço socialmente habitado; que seja um tipo de “grupo social excluído” e que apresente características de exclusão e pobreza relacionadas às discussões de autores como: Estivill, Castel, Sen e Balsa. Assim, ao analisarmos um território como “território de exclusão”, iremos discutir o desenvolvimento sócio-espacial do território.

Ao pensarmos este desenvolvimento dentro da discussão da tríade: T-D-R, será de extrema importância destacar os fatores que levaram o território ao processo de des-territorialização e as conseqüências destas modificações territoriais para a população local no intuito de melhor compreender as características do território (“ontem” e “hoje”).

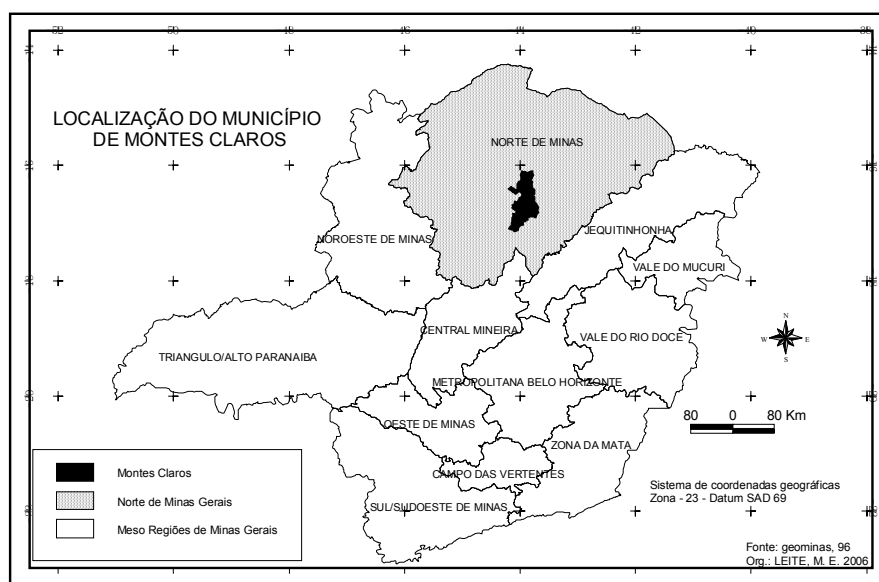
Destacamos que, para Sen (2000) o desenvolvimento social deve ser realizado com “liberdade”, ou seja, deve envolver tanto “os processos que permitem a liberdade de ações e de decisões” quanto “as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (p. 30). A expansão desta liberdade proporcionará à população local vivenciar o desenvolvimento social em seu território. A propagação das liberdades sejam elas: política, econômica, cultural e/ou social, é vista, por Sen (2000), como o fim primordial e o principal meio para se obter o desenvolvimento.

A nossa preocupação com a questão social, mais especificamente com a exclusão sócio-espacial, deve-se por acreditarmos que se não resolvidos os problemas sociais em sua origem, os mesmos se prolongarão e/ou aumentarão com o passar dos anos, evoluindo conjuntamente suas características e contradições, levando a população a sofrer maiores privações das diversas ‘natureza’: econômica, política, social, cultural e espacial.

## **2- A Cidade de Montes Claros**

<sup>7</sup> Haesbaert (1997) corrobora com Raffestin (1993, p.144) quando este esclarece que o espaço é “a prisão original”, enquanto que “o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Pensar no Processo T-D-R no Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães implica conhecer primeiramente o território no qual está inserido. A cidade de Montes Claros se encontra no Norte do Estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil, o quarto estado da federação em extensão territorial (aproximadamente 588 mil Km<sup>2</sup>). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Minas Gerais apresentava, no ano de 2000, mais de 17 milhões de habitantes. Este Estado se divide, segundo o IBGE, em 12 Mesorregiões, conforme destacamos no Mapa 01, a seguir, sendo: Noroeste de Minas, Triângulo/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Campo das Vertentes, Sul/Sudoeste, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.



**MAPA 01:** Divisão das Mesorregiões do Estado de Minas Gerais. Em destaque: Norte de Minas e a cidade de Montes Claros.  
Org.: LEITE, M. E. 2006.

A área territorial da Mesorregião do Norte de Minas, de acordo com IBGE, é de 128.602Km<sup>2</sup>, e apresentava, em 2000, uma população de aproximadamente 1.473.367 habitantes. Localiza-se em uma área de transição ambiental, sendo encontradas características de caatinga e cerrado. É uma região marcada por muita pobreza, mas também há nichos de riqueza, vive na modernidade e no tradicionalismo, pois o povo mantém suas tradições, festas e comemorações. Por apresentar características de pobreza e clima tendendo a semi-aridez aproxima-se mais da Região Nordeste Brasileira do que da Região Sudeste. Este foi um dos motivos que permitiu que este fosse inserida na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Esta instituição foi criada em 1959, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável e incluyente em sua área de atuação, bem como, a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

A cidade de Montes Claros corresponde a um dos 853 municípios que compõem o Estado e a um dos 22 municípios que compõe a mesorregião, e se destaca por ser a cidade que contém o centro urbano mais desenvolvido desta. A cidade está situada entre as coordenadas geográficas de 16°04'57" e 17°08'41" de Latitude Sul e 43°41'56" e 44°13'1" de Longitude Oeste, apresentando uma área de 3.582Km<sup>2</sup>. Possui oito distritos sendo: Aparecida do Mundo

Novo, Miralta, Ermidinha, Santa Rosa de Lima, São João das Garças, São João da Vereda, Nova Esperança e Vila Nova de Minas. Situa-se na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, numa altitude média de 638m, na Depressão Sanfranciscana. O clima que predomina na cidade é o Tropical Semi-úmido, apresentando verão quente e chuvoso e inverno frio e seco. A vegetação que predomina é o cerrado (caducifólio e subcaduciflório), mas há, mesmo que pouca, a influência da caatinga ao norte. Sua hidrografia apresenta rios, córregos e lagoas. Os principais cursos de água que drenam o município são: Rio Verde Grande, Rio São Lamberto, Rio Pacuí e o Rio Riachão.

A inserção na SUDENE, em 1970, contribuiu para o crescimento ‘desordenado’ da cidade, o que tem proporcionando uma percepção cada vez maior acerca das desigualdades sócio-econômicas entre a população montesclarenses. Estas desigualdades têm materializado através de territórios diversificados que abrangem as regiões cada vez mais periféricas, o que colabora para o surgimento e/ou o aumento de grupos sociais excluídos: as favelas, os conjuntos habitacionais e os loteamentos populares.

De acordo com o IBGE, Montes Claros apresentava uma população de 102.117 habitantes em 1960, sendo 42,2% na zona urbana. Dez anos depois, residiam na área urbana 73,1%, do total de 116.486 habitantes (1970). Este aumento populacional na zona urbana desta cidade se deu por razão do anseio a melhores condições de vida sendo atraídos por diversos fatores: emprego, saúde, educação, moradia, infra-estrutura. Este desejo resultou na migração e no êxodo rural – ambos, principalmente, intermunicipais.

O aumento da população situada no meio urbano de Montes Claros resulta em diversas consequências para todo o processo de desenvolvimento desta, tais como: aumento das desigualdades sócio-econômicas; crescimento horizontal e crescimento vertical da cidade, acarretando assim no aumento do número de favelas, de conjuntos habitacionais, de loteamentos populares e de condomínios fechados.

Em 1970 a cidade já era considerada como ‘Cidade Média’<sup>8</sup>, sendo o pólo regional do Norte de Minas Gerais. O uso da referência a Montes Claros como Cidade Média se dá a partir alguns elementos, sendo: a) demográfico, pois apresenta em seu quantitativo populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes; b) funções, pois tem considerável importância em relação as suas funcionalidades para a mesorregião norte mineira, se destacando como centro educacional regional, como uma área que oferece maiores possibilidades de emprego; c) divisão territorial do trabalho, por envolver todos os setores da economia (primário, secundário e terciário), d) qualidade de vida, pois apresenta a ampliação dos setores relacionados à infra-estrutura (água tratada, energia elétrica, coleta de lixo, dentre outros).

No final da década de 1970, Montes Claros foi incluída no Programa Cidade Porte Médio. Este visava constituir pólos regionais no qual o desenvolvimento do pólo proporcionaria desconcentração econômica e populacional. Pontes (2001) afirma que do ponto de vista técnico, “o programa tinha seu fundamento na teoria de pólos de crescimento regionais, e no plano institucional, sua aplicação estava baseada num convênio assinado entre as esferas federal e estadual, e um contrato de financiamento de projetos, com as Prefeituras Municipais”. (p.594) O programa era integrado ao II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), desenvolvido em 1975 pelo Governo Militar do General Ernesto Geisel (1974-1979). O referido plano tinha como principal objetivo fortalecer cidades médias por meio de ações inter (expandir a capacidade produtiva e o mercado da região reduzindo os

---

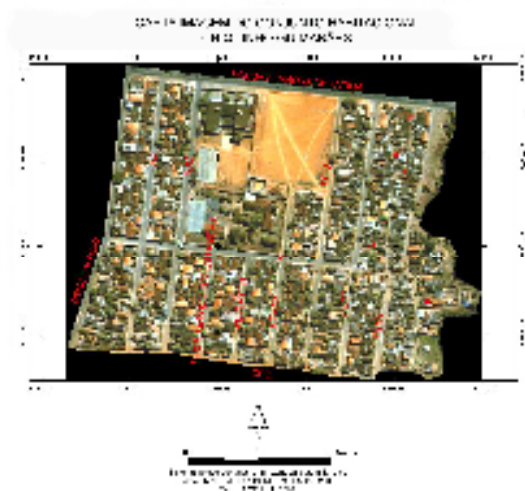
<sup>8</sup> A partir de diversas leituras sobre o termo, chegamos à conclusão de que não há um conceito específico de Cidade Média, parece mais parte de uma classificação hierárquica da rede urbana: metrópole nacional, metrópole regional, cidades grandes e cidades médias. Desta maneira, embasamos em diversos autores, na tentativa de esclarecer a nomenclatura dada a Montes Claros, são eles: Ana Fani A. Carlos, Osvaldo Bueno Amorim, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Beatriz Maria Soares Pontes, Anete Marília Pereira e Milton Santos.



fluxos migratórios) e intra-urbanas (nas áreas mais carentes das cidades). (PEREIRA e SOARES, 2005).

A inclusão da cidade de Montes Claros no programa contribuiu para a elaboração do “Projeto Especial Cidades de Porte Médio – Sub-Projeto Montes Claros”, realizado no final da década de 1970 e início da década de 1980, no segundo mandato do então prefeito Antônio Lafeté Rebello (1977-1982). Este projeto compreendia a implantação de lotes urbanizados e tinha como principal objetivo proporcionar melhor qualidade de vida, bem como, melhores condições de habitação às famílias de mais baixa renda que residiam em áreas consideradas invadidas. Além do mais, objetivava a criação de mais unidades habitacionais para atender a novas famílias.

Foi no governo do prefeito Luiz Tadeu Leite (1983-1988) que o referido projeto é implantado. Beneficiando famílias situadas em três favelas: Morro do Frade, Morrinhos e São Vicente; além de outras que se deslocaram para os dois conjuntos habitacionais implantados: Conjunto Tabajara (atual Tancredo Neves) e Conjunto Rotary (atual Conjunto Chiquinho Guimarães). Este conjunto (Figura 01, a seguir) está localizado na Região Sul da cidade de Montes Claros, entre as coordenadas 16° 45’ 27” e 16° 45’ 39” de Latitude Sul e 43° 52’ 23” e 43° 52’ 39” de Longitude Oeste, situado próximo a BR 365. Apresenta como limite territorial: ao norte, a Avenida Nossa Senhora de Fátima fazendo fronteira com o Jardim São Geraldo; ao sul, a Rua 10 em limite com a Chácara dos Mangues; a leste, a Avenida Coração de Jesus divisor entre o Conjunto e o Major Prates e a oeste, o Córrego Vargem Grande separando-o do Maracanã.



**FIGURA 01:** Carta Imagem do Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães.  
Org.: LEITE, M.R. 2008

### 3- Processos T-D-R da COHAB Chiquinho Guimarães

Haesbaert (2003) afirma que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”. Destaca que apesar deste contínuo movimento (D-R), a escala espacial e a temporalidade são distintas. Alega que devemos primeiro realizar o levantamento histórico para depois analisar o território desejado. Destaca que “é necessário considerar a territorialização previamente existente, ou seja, é preciso desdobrar a perspectiva histórica e geográfica”. (HAESBAERT, 1997, p.93)

Como qualquer território que está em constante alteração o Chiquinho Guimarães apresenta diversos processos de des-reterritorializações. Destacamos quatro momentos em que ocorreram alterações ou transformações no Conjunto, que consideraremos como processos de T-D-R: 1) a idéia inicial de sua origem, quando era conhecido como o “Pombal”, até a construção do Conjunto Rotary; 2) o “aparecimento” dos becos, próximos ao Córrego

Vargem Grande na área da COHAB, situados na área loteada entre as ruas 07 (Foto 02) e a Avenida B; 3) o aterro da barroca, que deu origem à Rua 10; e 4) a retirada de famílias, que viviam em situações de precárias, do Beco Beira Rio localizado na margem do Córrego Vargem Grande, sendo deslocadas para casas populares no Conjunto Vargem Grande. Todos esses momentos certamente alteraram a geografia do Conjunto Chiquinho Guimarães e a sua representação no espaço urbano montesclarenses.

O levantamento dos Processos T-D-R no Conjunto foi desenvolvido, principalmente, a partir das entrevistas semi-estruturadas com moradores do conjunto. A meta era obter 250 (duzentas e cinquenta) entrevistas; contudo, 41 (quarenta e um) se recusaram a responder ou não havia ninguém na casa a ser visitada pelo agente. Por esta razão, as análises realizadas embasaram-se nas 209 (duzentas e nove) entrevistas que foram concedidas. De um universo de 645 residências, perfazemos 32,4%. O conjunto apresenta a divisão em 'ruas' e 'becos'. Entrevistamos 62% residentes das 'ruas' e 38% moradores dos 'becos'. Estes são denominados por letras (Becos: A, B, C, D, E, F, G, H, com exceção do Beco Beira Rio), aquelas são denominadas por números (Ruas: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, com exceção para a Avenida B).

A partir do instante em que famílias se deslocaram de cidades vizinhas, da zona rural ou de outros 'bairros' localizados em Montes Claros, para este espaço e apropriaram dele, este foi denominado de "o pombal", início da territorialização. O que ocorreu há aproximadamente 26 anos (1981-1982). Este lugar era caracterizado por casas de lona erguidas em lotes invadidos, sem qualquer infra-estrutura para as famílias, rodeado de mato, apresentando aparência de um 'pombal'. Entretanto, consideramos como primeiro processo T-D-R, a constituição do Conjunto Habitacional, em meados da década de 1980, momento em que passa a ser conhecido como o Conjunto 'Rotary' posteriormente como a COHAB Chiquinho Guimarães.

A transformação desse território desestruturado, 'desorganizado', em conjunto habitacional, propiciou aos moradores que ali residiam e a outros que foram beneficiados, totalizando 420 famílias: moradia, energia elétrica, água encanada, escola, coleta de lixo, enfim, infra-estrutura básica para obter melhor qualidade de vida. Destacamos que do total de imóveis do conjunto, 19% eram casas, 31% embriões e 50% os imóveis foram vendidos a baixo custo. O Conjunto compreende uma área de 128.401,00 m<sup>2</sup>, destes 50.765,09 m<sup>2</sup> para área de lotes e 77.635,91 m<sup>2</sup> para área de praças, ruas e acessos. Entretanto, não há praças ou área de lazer no Conjunto.

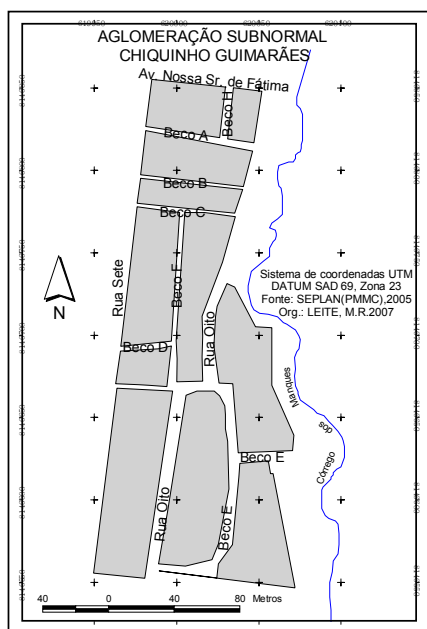
Apresenta, ainda, um terreno designado pela Prefeitura Municipal de "Área Institucional" e pelos moradores de 'campo' com extensão de 720,75 m<sup>2</sup>, o qual os moradores atuais sugerem, dentre outras coisas, a construção de uma área de lazer para a comunidade. Crianças e jovens do conjunto utilizam a quadra da Escola Estadual Antônio Canela como um local de lazer. Adentram neste através de uma passagem improvisada no muro na lateral da escola, pois não tem a autorização para acessarem livremente a quadra'.

Reportamo-nos a Deleuze e Guattari (2007, 2008) os quais afirmam em suas obras que os processos de desterritorialização e reterritorialização são indissociáveis. Consideram que aonde há um processo de D teremos também um movimento de R. Assim, todo processo T-D-R, constitui-se na idéia de criar um novo território a partir de alterações realizadas num território anterior. Esse processo é percebido no estudo da COHAB Chiquinho Guimarães. As transformações, não só espaciais, mas também sociais vão se tornam cada vez mais perceptíveis.

Percebemos que há duas 'faces' em um único território: por um lado a estrutura da COHAB (projetada, planejada e implantada), com diversas alterações. Por exemplo, as casas se encontram todas alteradas (mais cômodos, dois pavimentos, muradas, pintadas das mais

diversas cores, etc.); por outro lado tem-se a estrutura de uma favela ou aglomerado subnormal caracterizado pelos “becos”.

Os becos ‘surgem’ a partir de 1987, data que consideraremos como início do segundo momento de T-D-R no conjunto. As áreas aonde foram soerguidos os barracos, dando origem aos becos, encontram-se nos loteamento compreendido entre a Avenida Nossa Senhora de Fátima (Norte), a Rua 10 (Sul), a Rua 07 (Leste) e o Córrego Vargem Grande (Oeste), o que podem ser visualizados no Mapa 01, a seguir.



**MAPA 01:** Representação da área que corresponde à “favela” ou à “aglomeração subnormal” do Conjunto Chiquinho Guimarães, realizado em 2007. Nota-se que não há mais o Beco Beira Rio, na margem do Córrego Vargem Grande.  
Fonte: ALMEIDA E LEITE, 2008.

De acordo com o IBGE, favela se refere a um aglomerado que apresenta mais de cinquenta residências, sendo em grande parte, carente de infra-estrutura, e situadas em terrenos que não seja de pertencimento dos moradores. Somente nos quarteirões onde estão localizados os becos, segundo o Centro de Controle de Zoonoses, havia no ano de 2006, 176 (cento e setenta e seis) residências.

Destacamos que diferentemente da caracterização de favela proposta pelo IBGE, os becos situados no conjunto apresentam considerável infra-estrutura, pois praticamente todos são pavimentados, há coleta do lixo (apesar de terem que depositá-lo nas esquinas fronteiriças com as Ruas), há energia elétrica, água encanada, 99% das casas são de alvenaria e 1% de tábuas/lona ou latão, 73% destas são cobertas de telha, 24% de laje e 3% de zinco/madeira ou lona. Todavia, ainda existe esgoto a céu aberto, beco não pavimentado (Foto 06, a seguir), casas tumultuadas e em alguns becos encontramos traços de ruralidade (Foto 07, a seguir), com criação de animais (cavalos e galinhas). A proximidade dos becos ao Córrego Vargem Grande e a estrutura física do terreno aonde se encontram, colaboram para que algumas residências apresentem risco de inundação, o que corresponde a 16% das casas.

Um dos principais problemas oriundos desse processo se refere à questão social. Os becos são vistos com ‘maus olhos’ por alguns que residem no Conjunto e pela sociedade em geral. No decorrer das entrevistas, ouvimos de diversos moradores que o setor público deveria providenciar a retirada das famílias que se encontram nos becos, encaminhando-as para outro lugar, mesmo que fosse próximo dali. Acreditam que o bairro é estigmatizado como ‘favela’, ‘violento’, por causa dos becos. A “má fama” que o Chiquinho Guimarães tem

lá fora é por causa da favela que está ali”, disse um morador apontando para a área onde estão localizados os becos.

Outros também afirmaram que os maiores problemas do bairro estão situados neste local: “É por causa dos becos que muita gente aí fora pensa que o Chiquinho é uma favela. Mas não! Não somos favela! Temos problemas como todo lugar... e os maiores problemas daqui estão lá, nos becos!” (fala de uma moradora).

Almeida e Leite (2008, p.19) indicam que a favela é vista como “um vizinho indesejável, pois esta traz consigo a promiscuidade e a violência, além de ferir a idéia do direito à propriedade privada, ou seja, a sociedade transfere a responsabilidade da desordem social para a favela”. Quando utilizamos as expressões: beco, favela ou aglomerado subnormais, pensamos logo em um território que apresenta características relacionadas à idéia da marginalidade, de criminalidade, de violência, de tráfico de drogas, de péssimas condições de vida, de um lugar sem infra-estrutura. Mas percebemos que neste conjunto estas características nem sempre são verdadeiras.

Um terceiro momento de mudança significativa destacada pelos moradores do Conjunto e que consideraremos aqui como um processo T-D-R é o aterro da ‘barroca’ localizada na Rua 10. Segundo Guerra e Guerra (2003, p.85) barroca é “forma produzida pela erosão acelerada; o mesmo que voçoroca”. Voçoroca então é a “escavação ou rasgão do solo ou de rocha decomposta, ocasionado pela erosão do lençol de escoamento pela erosão do lençol de escoamento superficial. [...], podem também ser formadas pelo escoamento subsuperficial.” (p. 637)

De acordo com os moradores do conjunto, o aterro possibilitou melhorias a diversas famílias que residem nesta rua e aos moradores situados nas ruas que ligam a ela, as quais: Ruas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. Entretanto, destacam a necessidade de pavimentação. Alegam que em dias de chuvas a rua fica quase intrasitável.

De acordo com os entrevistados, o aterro da barroca que existia na Rua 10 era caracterizado por mau cheiro, poluição visual, acúmulo de lixo, dentre outros. Alguns moradores de ruas próximas alegam que pessoas levavam animais (cavalo, cachorro, gatos) feridos e os deixavam na barroca para morrer ou os sacrificavam e os jogavam lá. Estas atitudes além de causar brigas entre os moradores do bairro, proporcionavam ainda muito mau cheiro na rua e nas adjacentes. Segundo informação dos moradores, com o aterro da barroca, que ocorre no ano de 2004, na gestão do então Prefeito Jairo Ataíde, os problemas relacionados à deposição de animais e lixos na Rua 10, diminuíram bastante. Porém, os problemas não cessaram por completo, além da falta de pavimentação da rua, ainda há o problema do esgoto a céu aberto.

O quarto momento considerado como uma mudança significativa é a retirada das famílias do Beco Beira Rio para a COHAB Vargem Grande, restando apenas duas famílias. Este beco situa-se próximo a margem do Córrego Vargem Grande e sofria constantes inundações no período chuvoso. A retirada das famílias foi um ponto positivo para os que lá residiam, bem como, para os moradores que viviam próximos. Conforme relatado por um morador de um dos becos, “a retirada das pessoas do Beco Beira Rio, foi muito boa para eles. Alguns perderam muitas coisas lá, pois sempre que chovia, inundava tudo! Dava dó!”.

#### **4-Território de Exclusão – o atual Chiquinho Guimarães**

A idéia de território excluído está relacionada primeiramente à perspectiva da argumentação: Exclusão para quem? Por isso, partimos da premissa de que para os “de fora”, “os outros”, ou seja, aqueles que não residem no bairro, este é considerado um território excluído. Primeiro por ser este um espaço habitado socialmente; segundo porque dentro de um espaço urbano, independente de ser um conjunto ou um loteamento ou uma favela, este

território é considerado um grupo social excluído; terceiro porque ele apresenta características de pobreza. Não pobreza relacionada somente com a questão da renda (*per capita* e/ou familiar), mas sim, a pobreza relacionada obterá obtenção ou não de uma estrutura social que todo cidadão tem por direito. Assim, pobreza refere-se a ter boas condições de vida, moradia, educação, saúde, direito civil básico, etc.

Nas palavras de uma moradora entrevistada ilustramos um exemplo de exclusão dos ‘outros’ com os ‘de dentro’: “noite passada, meu marido passou mal e foi preciso que nós chamássemos o SAMUR<sup>9</sup> para atendê-lo... tudo porque, precisávamos de um medicamento e como já era mais de 9h da noite, não conseguimos que algum dos entregadores das farmácias centrais viesse aqui trazer o medicamento. Foi-nos dito que deveríamos ir buscar, ou no outro dia pela manhã seria entregue, porque nenhum dos entregadores queria vir trazer aqui.”

Surpreendemos-nos com o resultado da pesquisa, pois os “de dentro”, ou seja, os que residem no Conjunto Habitacional Chiquinho Guimarães, não consideram o território como excluído. Em relação a COHAB Chiquinho Guimarães, após as entrevistas, ficou claro que os moradores pensam que o problema do território está relacionado aos ‘becos’, à ‘favela’, como dizem. Entretanto, percebemos que a maior parte dos entrevistados não se sente excluída .

Perguntamos aos moradores se nas diversas circunstâncias se apresentam como moradores do Conjunto. Cerca de 92% afirmaram que sim, mesmo passando às vezes por desagradáveis situações fora do conjunto. “Tenho certeza que perdi meu emprego, porque falei na entrevista que morava no Chiquinho Guimarães! Mas o que eu ia fazer, mentir? E se me pedisse comprovante de endereço?” (fala de uma moradora).

Ao perguntarmos o porquê de se apresentarem como moradores do conjunto, obtivemos diversas justificativas, sendo que em todas elas aparece o fato de ser o território aonde tem um imóvel, aonde residem. Os 8% de moradores que afirmaram não informar que residem no ‘Chiquinho Guimarães’, todos justificam o fato do bairro ser “mal falado”, “mal visto pela sociedade”, “as pessoas discriminam muito nosso bairro”; mas não deixaram de citar: “não é valorizado”, “é perigoso”, “tem muita malandragem”, dentre outros comentários.

Em resposta a outro questionamento, 77% dos entrevistados afirmaram com orgulho que moram no bairro, 20% disseram que não falam com orgulho e 3% não souberam responder ou não quiseram responder.

## **Considerações Finais**

Analisamos os processos de T-D-R de um Conjunto Habitacional que legalmente falando é um loteamento popular e que apresenta características e denominação por outros de favela e pelos seus moradores de ‘bairro’. Inicialmente consideramos a existência de dois processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização. Após as entrevistas realizadas percebemos que houve outros dois momentos em que a população considera como modificações espaciais. O que nos permite afirmar que este conjunto viveu quatro momentos de T-D-R, no período de 1984 a 2008.

Destacamos que essas transformações territoriais proporcionaram alterações nas relações sociais no conjunto. Não foi percebido em nenhum momento idéia de coletividade, mas sim individualidade. Os problemas apontados não eram citados ‘no conjunto’ mas sim ‘na minha rua’, ‘no meu beco’. Há um sentimento de territorialidade em relação ao lugar aonde residem, mas não há um sentimento de comunidade, coletividade.

Existem realmente ‘duas faces’: ruas e becos, conjunto e favela. Relacionam os becos com violência, marginalidade e tráfico de drogas e prostituição. Mas respeitam a ordem

<sup>9</sup> Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Santa Casa - SAMUR.

e quem tem o poder no território. Um ponto há em comum entre os dois lados: a pobreza sempre relacionada por eles, à renda. A falta de emprego é um dos problemas mais citados pelos moradores, os quais recorrem a serviço informal. Entretanto, a pobreza conforme propomos verificar foi tratado com menos importância pelos entrevistados, se consideram privilegiados, pois tem além da residência, escola, atendimento no posto médico do Bairro Major Prates, quase todas as ruas pavimentadas, energia elétrica e água encanada.

Alguns omitiram falar sobre os problemas do bairro, afirmam que “tem algumas coisas que não podemos dizer, você entende, não é?”. Mesmo assim, os problemas mais apontados relacionam-se a questões sociais, espaciais e econômico. Porém, alegaram que precisam de posto policial ou maior policiamento em todo o conjunto, posto de saúde ou maior atuação do PSF, construção da praça e da quadra ou permitir que as crianças e os jovens utilizem o espaço da escola como lazer e algo que proporcionasse geração de renda para os moradores da COHAB.

Apesar de todos os problemas e sugestões para melhoria do bairro, concluímos que os moradores não se sentem excluídos, apesar de afirmarem que vivem num território excluído. Constatamos que estes desenvolveram uma identidade: a de que são ‘Chiquinho Guimarães’.

## Referências

ALMEIDA, M. I. S.; LEITE, M. E. **Diagnóstico Socioeconômico das Aglomerações Subnormais da Cidade de Montes Claros/MG**. Relatório de Pesquisa FAPEMIG. Montes Claros, 2008.

BALSA, C. Espaço e Exclusão, Espaço de Exclusão. In.: BALSA, C. (org.) **Relações Sociais de Espaço** – Homenagem da Jean Remy. Lisboa: Colibri. 2006. p. 13-34.

BRASIL. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Manual de Regularização Fundiária Plena**. Ministério das Cidades. s/d.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm) > acesso em 09/11/2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.785 de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Registros Públicos) e Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/L9785.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9785.htm) > acesso em 09/11/2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. 5 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Paltôs** – capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2008. Tradução: OLIVEIRA, Ana Lúcia de; LEÃO, Lúcia Cláudia.

\_\_\_\_\_. **Mil Paltôs** – capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2007. Tradução: PELBART, Peter Pál; CAIAFA, Janice.

ESTIVILL, J. **Panorama da luta contra a exclusão social** – Conceitos e estratégias. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Face não Reconhecida da Sociedade. O Debate Conceptual sobre a Exclusão Social na Europa e na América Latina.** In: BALSÁ, C.; BONETTI, L.W.; SOULET, M-H. (orgs.). *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social – Uma abordagem Transnacional.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p.103-142. (Coleção Método e Teorias).

GUERRA, A.J.T.; GUERRA, A.T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização** – Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. BRUCE, Glauco. **A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** Geografia nº 7. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003. Disponível em <[http://www.uff.br/geographia/rev\\_07/rogerio7.pdf](http://www.uff.br/geographia/rev_07/rogerio7.pdf)> acesso em: julho de 2008.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 maio 2005.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal – Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Projeto Especial Cidades de Porte Médio** – Subprojeto Montes Claros. Projeto de Avaliação de Eficácia – Componente B.60 – Implantação de Lotes Urbanizados. Prefeitura Municipal de Montes Claros, outubro/1983.

RAFFESTIN, C. *Ecogénèse territoriale.* In: AURIAC, E.; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux.** Paris: Fayard: Diderot, 1986.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. Ática: São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_, Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. **réseaux territoriaux.** Caen: Paradigme, 1988.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.